



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís -

Maranhão.

CENTRO DE CIÊNCIAS DE SÃO BERNARDO - CCSB

CURSO DE LICENCIATURA EM LINGUAGENS E CÓDIGOS - LÍNGUA
PORTUGUESA

MICHELLE CANDEIRA SILVA

**O PRECONCEITO LINGUÍSTICO E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: O
QUE DIZEM OS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO**

São Bernardo - MA

2023

MICHELLE CANDEIRA SILVA

**O PRECONCEITO LINGUÍSTICO E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: O
QUE DIZEM OS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa da Universidade Federal do Maranhão - Centro de Ciências de São Bernardo, para obtenção de grau de Licenciada em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Theciana Silva Silveira

São Bernardo - MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Candeira Silva, Michelle.

O preconceito linguístico e o ensino de língua portuguesa: : O que dizem os alunos do ensino médio / Michelle Candeira Silva. - 2023.

56 f.

Orientador(a): Theciana Silva Silveira.

Monografia (Graduação) - Curso de Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo, Ma, 2023.

1. Ensino. 2. Língua Portuguesa. 3. Preconceito Linguístico. 4. Variação. I. Silva Silveira, Theciana. II. Título.

MICHELLE CANDEIRA SILVA

**O PRECONCEITO LINGUÍSTICO E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: O
QUE DIZEM OS ALUNOS**

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Theciana Silva Silveira

Profa. Dra. Theciana Silva Silveira (UFMA)

Orientadora

Prof. Dra. Maria Francisca da Silva

1° Avaliadora

Prof. Me. Arielson Tavares (SEDUC-MA)

2° Avaliador

Dedico esta monografia a minha família, ao meu pai (Paulo) que sempre acreditou em meu potencial, a minha mãe (Rosilda) que sempre me apoiou neste percurso. Dedico a minha avó Rosa, que foi a primeira imagem de professora a me inspirar. Dedico também a minha criança interior, que hoje se orgulha ao ver tudo aquilo que em nosso coração pulsava, se realizando.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre se fez presente em toda essa jornada, quando os anseios e as dúvidas surgiam em meu coração, me acolhia com sua luz de direcionamento, reacendendo em mim a chama de coragem e resistência

Agradeço a meus pais, Paulo e Rosilda, por sempre fazerem de tudo pela minha educação e para que eu seguisse meu propósito, me ensinando desde muito cedo a vencer meus obstáculos e conseguir meus feitos através da persistência e da lealdade comigo mesma e com o próximo.

Aos meus amigos e amigas, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Agradeço também, a todo o corpo docente do curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso; em especial, à professora Dra. Theciana Silva Silveira, que se dedicou a me orientar nesta monografia, que, com suas valiosas sugestões e apoio, enriqueceu cada etapa do processo e contribuíram para o aprimoramento deste estudo. Agradeço pelo seu comprometimento.

Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências, em especial, Rafaela Freitas, Késia Santos, Keilane Carvalho, que se tornaram para além de colegas de turma, minhas amigas, a qual partilhamos conhecimento e momentos prazerosos, sempre incentivando umas com as outras.

Quero agradecer, também, ao meu companheiro Philippe Matheus, pela compreensão nos momentos de dedicação intensa e por suas palavras de encorajamento. Sua presença constante, apoio e incentivo foram um suporte essencial ao longo desta etapa.

Agradeço a todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Última flor do Lácio, inculta e bela.

(Olavo Bilac)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar o preconceito linguístico dentro da sala de aula, buscando refletir acerca dos impactos causados por esse fenômeno na formação escolar dos alunos. Fundamenta-se nos temas da variação linguística e do preconceito linguístico, com base, sobretudo, nos trabalhos de Bortoni-Ricardo (2004, 2023) e Bagno (2006, 2015, 2017), cujas obras enfatizam a importância da diversidade linguística discutem as relações entre linguagem, poder e desigualdades sociais. Para concretização desta pesquisa, utilizamos questionários como instrumento de coleta de dados, a fim de alcançar uma amostra representativa de respostas dos alunos, ancorada numa abordagem quali-quantitativa, que permitiu identificar padrões e tendências nas percepções e atitudes em relação ao preconceito linguístico nas questões objetivas, fornecendo uma base sólida para a análise dos resultados, bem como compreender e examinar o conteúdo textual das respostas em escrito dos participantes para identificar padrões, opiniões e suas percepções. Com base nos dados, ficou evidente que embora muitos deles consigam identificar a existência de julgamentos negativos sobre suas formas de falar, a compreensão acerca do preconceito linguístico ainda é limitada entre os estudantes. Dessa maneira, é perceptível que as crenças e mitos acerca do preconceito linguístico, refletidas neste trabalho, estão, de fato, arraigadas nas concepções de língua desses alunos, percebemos isso através do impulsionamento dado nos questionamentos que os direcionaram a auto-avaliar suas respectivas falas na língua portuguesa, mostrando que muitos consideram que muitas das formas linguísticas que utilizam estão “erradas”.

Palavras-chave: Preconceito Linguístico. Variação. Ensino. Língua portuguesa.

ABSTRACT

This research aims to investigate linguistic prejudice within the classroom, seeking to reflect on the impacts caused by this phenomenon on the students' school education. It is based on the themes of linguistic variation and linguistic prejudice, based, above all, on the works of Bortoni-Ricardo (2004, 2023) and Bagno (2006, 2015, 2017), whose works emphasize the importance of linguistic diversity and discuss the relationships between language, power and social inequalities. To carry out this research, we used questionnaires as a data collection instrument, in order to reach a representative sample of students' responses, anchored in a quali-quantitative approach, which allowed identifying patterns and trends in perceptions and attitudes in relation to linguistic prejudice in the questions objective, providing a solid basis for the analysis of the results, as well as understanding and examining the textual content of the written responses of the participants to identify patterns, opinions and their perceptions. Based on the data, it was evident that although many of them are able to identify the existence of negative judgments about their ways of speaking, the understanding of linguistic prejudice is still limited among students. In this way, it is noticeable that the beliefs and myths about linguistic prejudice, reflected in this work, are, in fact, rooted in the language conceptions of these students. Portuguese language, showing that many consider that many of the linguistic forms they use are "incorrects".

Keywords: Linguistic prejudice. Variation. Teaching. Portuguese language.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1: Percentuais e respostas analisadas na questão 1	34
TABELA 2: Percentuais obtidos com base nas questões 2, 4, 9, 14, 15.	37
QUADRO 1: Respostas obtidas com base na Questão 6	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 ALICERCES TEÓRICOS	14
2.1 Breve considerações acerca da linguagem, língua e fala	14
2.2 A evolução da padronização da língua portuguesa e sua dissonância com a realidade linguística dos falantes	18
2.3 Evidências e manifestações do regionalismo e classe social como fatores significativos para o preconceito linguístico	22
2.4. Variação linguística e preconceito linguístico	25
3. METODOLOGIA	32
3.1 Caracterização da pesquisa	32
3.2 Pesquisa de campo: caracterização da escola, informantes e instrumentos de pesquisa	32
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO: O QUE DIZEM OS DADOS	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
APÊNDICES	52
Apêndice 1: Questionário aplicado em sala de aula para coleta de dados	52
Apêndice 2: Tabela geral com as respostas subjetivas das questões 1 e 6	54

INTRODUÇÃO

A diversidade linguística é um elemento intrínseco à sociedade humana, que tem como base a pluralidade cultural e a riqueza das comunidades ao redor do mundo. No entanto, mesmo em meio a essa diversidade, o preconceito linguístico emerge como uma barreira que pode afetar profundamente as relações interpessoais e, sobretudo, o desempenho escolar dos indivíduos que carregam consigo marcas linguísticas consideradas menos prestigiadas, estigmatizadas. Nesse sentido, Bagno (2015, p.202) afirma que “Ensinar bem é ensinar para o bem. Ensinar para o bem significa respeitar o conhecimento intuitivo do aluno, valorizar o que ele já sabe do mundo, da vida, reconhecer na língua que ele fala a sua própria identidade como ser humano”.

O curso de licenciatura em Linguagens e Códigos - Língua Portuguesa do Centro de Ciências de São Bernardo desempenhou um papel fundamental na minha apreciação pelo tema da variação linguística. Foi por meio da disciplina de sociolinguística que mergulhei profundamente na riqueza e na diversidade da língua portuguesa, fazendo-me compreender que ela é uma entidade viva que abraça múltiplas formas de expressão.

Este conhecimento me levou a reconhecer as implicações cruciais do ensino da língua portuguesa na vida dos alunos. Combinando os ensinamentos interdisciplinares do curso com minhas próprias experiências, desde o início, fui inspirada a escolher este tema para o meu trabalho de conclusão de curso, surgindo a pergunta norteadora que guia meu trabalho: "Como o preconceito linguístico impacta o processo de ensino-aprendizagem e a autoestima dos estudantes em um ambiente educacional?" Esta questão ressoa comigo profundamente e reflete o compromisso que adquiri em compreender e promover uma educação mais inclusiva e respeitosa para todos os estudantes.

Portanto, entender como os estudantes percebem e lidam com a diversidade linguística é fundamental para todos os envolvidos com o ensino, principalmente no que tange ao ensino de Língua Portuguesa, que, como sabemos, dispõe, dentre muitas tarefas, do dever de ensinar a norma-padrão da língua, esta, sujeita a atribuição de maior prestígio em relação às demais variedades.

Diante da relevância desse tema, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar o preconceito linguístico dentro da sala de aula, buscando refletir acerca

dos impactos causados por esse fenômeno na formação escolar dos alunos. Como específicos: (i) identificar o que os alunos sabem acerca do preconceito linguístico; (ii) averiguar a consciência linguística que os alunos têm relação à sua fala; e, (iii) analisar o preconceito linguístico sofrido pelos alunos, por meio do uso de formas consideradas estigmatizadas.

Para tanto, nosso trabalho está organizado da seguinte forma: (i) fundamentação teórica, em que apresentamos as principais discussões de autores renomados na área em que esta pesquisa está inserida, como Bortoni-Ricardo (2004, 2023), e Bagno (2015, 2017), cujas obras enfatizam a importância da diversidade linguística discutem as relações entre linguagem, poder e desigualdades sociais, que, por sua vez, nos oferecem uma ampla base teórica para que, venham a fundamentar a análise dos dados coletados, enriquecendo a investigação e contribuindo para a ampliação do conhecimento sobre a temática em questão; (ii) procedimentos metodológicos, em que apresentamos os caminhos percorridos para a concretização desta pesquisa, destacando importância da abordagem quali-quantitativa para a análise dos dados obtidos; (iii) análises, que tomam como base as respostas apresentadas pelos alunos, por meio da observação dos percentuais das respostas objetivas e da investigação da percepção que esses alunos têm acerca da sua consciência linguística, sobretudo, com base nas respostas subjetivas, destacando, ainda, as implicações para o campo da educação.

Por fim, apresentaremos nossas considerações finais, enfatizando os pontos mais importantes de percepções sobre o estudo realizado e trazendo reflexões e possíveis sugestões para o problema do tema abordado, e as referências bibliográficas utilizadas.

Com esse estudo, almejamos contribuir para uma maior conscientização sobre o preconceito linguístico e suas consequências, especialmente no ambiente escolar. Esperamos que os resultados possam inspirar a implementação de estratégias educacionais que valorizem e respeitem a diversidade de formas de falar, criando um espaço onde todos os alunos se sintam acolhidos e representados.

2 ALICERCES TEÓRICOS

No início deste capítulo, lançaremos as bases teóricas necessárias para uma compreensão abrangente dos temas que se seguirão. Começaremos com uma breve análise dos conceitos fundamentais de linguagem, língua e fala, a fim de proporcionar uma base sólida para as discussões subsequentes. Em seguida, adentraremos na evolução da padronização da língua portuguesa, destacando a notável desconexão entre as normas linguísticas estabelecidas e a rica diversidade linguística presente na fala dos indivíduos. Além disso, exploraremos as manifestações do regionalismo e da classe social como fatores cruciais que contribuem para o preconceito linguístico. Por fim, discutiremos sobre a complexa relação entre variação linguística e preconceito linguístico no contexto da sala de aula, enfatizando a importância da postura dos professores no combate a esse tipo de manifestação de preconceito.

2.1 Breve considerações acerca da linguagem, língua e fala

Para iniciar nossas discussões, é necessário compreender os significados de língua, linguagem e fala, pois, é a partir desses termos que iremos nos familiarizar com os próximos capítulos.

A língua é um elemento constituinte da linguagem, o que muitas vezes leva a confusões, fazendo com que sejam considerados como um único fenômeno. A língua numa perspectiva interacionista é considerada um conjunto de palavras organizadas por regras gramaticais que possibilita a transmissão e a compreensão de mensagens entre indivíduos que compartilham o mesmo código linguístico em si.

A aquisição da língua ocorre de maneira natural, à medida que o indivíduo é exposto a ela. Quando uma pessoa é exposta a uma língua específica desde a infância, passa a adotá-la como sua língua materna, ou seja, como sua primeira língua, adquirida no ambiente familiar e na interação com outros falantes dessa mesma língua. É nessa língua específica que o indivíduo, ainda em processo de desenvolvimento da fala, começa a construir frases através da observação dos demais falantes, criando assim sua própria gramática internalizada.

Todas as línguas possuem uma estrutura específica que engloba vocabulário, gramática e pronúncia, permitindo a formação de frases em nossas conversações e

possibilitando a compreensão das palavras dessa língua, como por exemplo, o inglês, francês, espanhol e português. Portanto, a língua desempenha um papel fundamental na comunicação e interação entre os falantes.

Embora cada língua possua suas características estruturais, isso não significa que ela permaneça estática ao longo do tempo, nem que os falantes dessa língua não possam inovar em sua expressão linguística. Ao dizer "eu gosto de aipim", estou me referindo ao gosto por mandioca, ambos se referem à mesma coisa, mas em termos diferentes. A existência de termos diferentes não exclui o significado compartilhado por eles, pois, a língua, por meio da fala, nos permite expressar nossa individualidade e regionalismo através de palavras que, embora variem, serão compreendidas e continuarão fazendo parte do vocabulário de alguns falantes dessa língua específica, no caso, o Português Brasileiro.

Assim, a fala representa o uso individual da língua, ou seja, a maneira como cada indivíduo estabelece sua linguagem oral. A fala segue as normas gramaticais, todavia, abre espaço para a criatividade do falante, e que pode ser influenciada pelo contexto em que ela ocorre, pelas vivências, em níveis formais ou informais.

Ao longo da história diversos teóricos, da linguística e de áreas relacionadas, passaram a reconhecer a língua como um processo de constante evolução. Dentro dela, se estabelece a linguagem verbal (*fala*), em que Bagno (2015) destaca a importância da sua importância para o estudo científico pelo fato de ser na língua falada que as mudanças e as variações ocorrem e vão transformando a língua.

Teóricos como Ferdinand de Saussure (2008, p. 17), reconhecido por sua abordagem estruturalista, no livro *Curso de Linguística Geral*, afirma que a língua é uma parte determinada e essencial da linguagem "[...] um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos." Portanto, indica que a língua é um sistema criado por uma comunidade linguística para que haja a comunicação entre os falantes do mesmo código linguístico.

É importante ressaltar aqui que, para o estruturalismo, a língua é um produto acabado, e de certa forma, cercado de limitações, pois concentra-se principalmente na descrição e na análise de sua estrutura estática, logo, não levando em consideração aspectos como a variação linguística, ou o uso contextual da língua, excluindo a fala do contexto. Nessa corrente, o que mais interessa é a relação do

signo para o signo dentro de um sistema (a frase); logo, o signo é considerado independentemente das relações ideológicas. (JOBIM E SOUZA, 1994).

Abordagens mais recentes, como a sociolinguística e a linguística funcional, têm ampliado os horizontes do estudo da língua, buscando não apenas compreender sua estrutura, mas também reconhecê-la como uma prática social e comunicativa. Essas perspectivas não excluem os aspectos abordados pelo estruturalismo, mas os complementam, incorporando a compreensão da língua como um fenômeno dinâmico e em constante interação com o contexto em que é utilizada.

Dentre os teóricos que contribuíram para essa ampliação de perspectiva na linguística, destaca-se Bakhtin, que não se limitava apenas ao estudo da estrutura da língua, mas também se interessava pelo uso da língua em contextos específicos. Para Bakhtin, a língua é um fenômeno dialógico, ou seja, surge a partir dos diálogos e interações entre os indivíduos, sendo inseparável do contexto social e histórico em que ocorre. Dessa forma, a língua não é estática, e considerá-la apenas em sua estrutura padrão seria uma visão um tanto quanto limitada. A língua é um sistema vivo, em constante adaptação ao tempo e influenciada pelos falantes que a utilizam. Ela reflete as transformações sociais, históricas e culturais, e é moldada pelas interações e práticas linguísticas dos indivíduos em seu contexto comunicativo.

Bakhtin considera a língua como um processo vivo e dinâmico. Segundo ele, a língua não é apenas um sistema de regras, como a corrente estruturalista propõe, todavia, é uma forma social e histórica de interação verbal. Ela é caracterizada pela heterogeneidade, e pela construção compartilhada de significados. A língua à luz de Bakhtin, reflete as transformações culturais e sociais. É esse conceito de língua que se desprende da visão estruturalista, e abre possibilidades para a criatividade dos falantes.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica e isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 1997, p. 123).

A linguagem, como condutora de nossas expressões, abrange diversas formas de comunicação que inclui a língua, mas não se limita à ela. A linguagem envolve o uso de signos, símbolos e de códigos para que se expressem os

pensamentos, emoções e ideias. Logo, pode ocorrer na forma verbal, através da fala, em palavras faladas, em palavras escritas, ou ainda, de forma não verbal, envolvendo gestos, expressões faciais, linguagem corporal, entre outros aspectos contextuais. Até aqui, podemos compreender que a língua existe para que a comunicação de fala ocorra, e a fala precisa da língua para que a fala se estabeleça na comunicação verbal.

Para Bakhtin, a linguagem não pode ser compreendida quando isolada, mas em sua realização, a partir de enunciados específicos, pois “a matéria linguística é apenas uma parte do enunciado; existe também uma outra parte, não – verbal, que corresponde ao contexto da comunicação” (Brandão, 1995, p. 9, citado por Macedo, 2009, p. 4). Tanto a língua quanto a linguagem, acontecem em estado real, nos acontecimentos contextuais e situações em que as cabe.

Logo, sendo uma capacidade inerente aos seres humanos, a linguagem, em sua forma verbal, permite que aconteça a comunicação por meio de palavras e a interação entre os indivíduos, possibilitando um compartilhamento de informações, visto que, a linguagem é flexível e se adapta a diferentes contextos e situações comunicativas dos envolvidos nessa transição de mensagens. Essa interação de diferentes modos de fala permite que aconteçam variações linguísticas regionais, sociais e estilísticas de acordo com a comunidade em que a língua ocorre, como bem enfatiza Bakhtin: “A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (BAKHTIN, 1997, p. 95).

Em resumo, a língua é um componente específico da linguagem, estruturalmente falando, identifica-se a um sistema linguístico com regras e estruturas gramaticais específicas, e dialogicamente “A língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua... [...]” (BAKHTIN, 1997, p.124), ou seja, inerente à língua está a linguagem, que engloba todas as formas de comunicação humana, tanto verbal através da individualidade da fala, quanto não verbal, logo, indo além do uso da língua em si, e apresentando variações.

Em virtude disso, apenas no começo do século XX, com o início da ciência linguística, a língua falada passou a ser reconhecida como o principal objeto de estudo. As correntes estruturalistas e conservadoras contribuíram para que surgisse a inquietação nos linguistas resultando nos estudos sociolinguísticos que consideram a fala tão importante quanto a língua em si. Afinal, a fala se estabelece

na língua, língua esta que embora seja social e para todos os falantes do mesmo código linguístico, cada falante irá expressá-la de maneira individual, através da sua fala, e na linguagem que achar necessária ao contexto inserido.

Considerando as reflexões iniciais sobre a língua, podemos compreender que ela é um elemento constituinte da fala, que por sua vez é uma expressão da linguagem verbal, e que não se mantém estática, mas está sujeita a constantes evoluções e variações. Nesse contexto variacional, é possível identificar dois padrões principais: a linguagem em sua formalidade e em informalidade, ambas condicionadas às características individuais de cada falante e de seus contextos.

2.2 A evolução da padronização da língua portuguesa e sua dissonância com a realidade linguística dos falantes

É fundamental destacar que o processo de padronização da língua teve início a partir das formas de escrita utilizadas pelos portugueses. No período da colonização, quando os portugueses chegaram ao território brasileiro, a língua portuguesa foi imposta aos povos indígenas que lá habitavam, resultando em modificações na língua portuguesa europeia trazida recentemente para o território. Essas mudanças ocorreram devido à interação com as línguas indígenas e africanas dos escravizados da época. Logo, existe uma rica diversidade linguística entrelaçada, e não devemos atribuir veneração exclusivamente aos portugueses, uma vez que nosso vocabulário não foi herdado unicamente deles. No entanto, foi a partir da chegada dos portugueses e das palavras introduzidas por eles naquela época que a norma padrão começou a ser moldada.

Durante o processo de estabelecimento da norma padrão, duas vertentes foram evidentes. Enquanto uma defendia a referência baseada na fala brasileira, a outra, mais conservadora, pregava a submissão ao modelo linguístico europeu, fundamentado nos escritores literários europeus. Como resultado, a vitória desta última vertente resultou em um projeto mal-sucedido em relação à implementação da norma junto aos estudantes brasileiros, que naturalmente carregam consigo suas variedades linguísticas, assim como ocorre em qualquer outra língua (FARACO, 2008).

É importante compreender que a língua é um fenômeno vivo e dinâmico, moldado pelas interações sociais, históricas e culturais de uma comunidade. A

padronização da norma padrão é um processo complexo e deve levar em consideração a diversidade linguística existente em um determinado contexto, reconhecendo e valorizando as variedades regionais e sociais. Assim, é necessário refletir sobre as diferentes vertentes que influenciaram a construção da norma padrão e reconhecer a importância de uma abordagem inclusiva e respeitosa em relação à diversidade linguística dos falantes da língua portuguesa no Brasil.

Foi no século XVI, durante o período colonial, que os primeiros passos em direção à padronização da língua portuguesa foram dados. O português europeu era a língua utilizada pelas elites e instituições coloniais, tornando-se uma língua de prestígio que influenciou a padronização da língua brasileira. Nesse período, a língua portuguesa representava a classe de prestígio, os barões e a corte portuguesa. Consequentemente, como ressalta Faraco (2008), os portugueses acreditavam que devíamos eterna vassalagem a eles em questões linguísticas.

Mesmo após séculos, ainda temos palavras e expressões de origem portuguesa, porém adaptadas à realidade e comunidade linguística brasileira. Um exemplo é a expressão *vossa mercê*, antes utilizada como forma de deferência ao rei de Portugal. Com o passar do tempo e do uso, essa expressão evoluiu para *voce* e hoje é uma palavra aceita tanto na norma padrão quanto pode ser dirigida a qualquer falante que se sinta à vontade em usá-la.

A abertura de instituições acadêmicas no período, como a Academia Brasileira de Letras em 1897, também contribuiu para a consolidação de uma norma linguística que se aproximava da língua escrita utilizada pelos escritores romancistas portugueses. Nesse ponto, nos deparamos com o que Saussure (1964) preconiza quando consideramos uma determinada forma de falar como "correta" apenas por sua proximidade com a modalidade escrita da língua, separando assim a língua da fala. Ambas as modalidades, falada e escrita, têm sua importância e são igualmente válidas, sem que uma deva ser enfatizada sobre a outra.

Em virtude disso, a primeira geração de escritores modernistas brasileiros (1922-1930) resistiu ao fato de que a norma padrão da época diferia da variedade culta brasileira. Assim, os modernistas brasileiros do início do século XX desempenharam um papel significativo na flexibilização da norma padrão da língua portuguesa. Eles questionaram os padrões linguísticos rígidos e buscaram uma maior liberdade de expressão que também pudesse ser experimentada na forma linguística, por meio de versos, prosas e poemas que utilizavam uma linguagem

mais coloquial, visando a pluralidade cultural e linguística brasileira. (BORNEMANN E COX, 2013)

Nessa luta pela liberdade de uma escrita nacionalista e pela quebra dos modelos tradicionais estéticos europeus, destacou-se Mário de Andrade (1893-1945), que reconhecia a contribuição do português europeu para a língua, mas defendia a independência do idioma nacional, pelo menos na fala, uma vez que na língua dos brasileiros, isso era impossível. Nesse sentido, Bornemann e Cox destacam que

Animados pela independência política e pelo nacionalismo, os separatistas imbuíam-se no dever de dar à nação brasileira uma língua própria. De outro lado, estavam os legitimistas que defendiam a conservação do português, tal como prescrito pelos gramáticos d'além mar, procurando impedir toda sorte de mudanças que a língua viesse a sofrer em solo brasileiro por meio de acréscimos, neologismos, estrangeirismos ou quaisquer outras afetações originárias da fala cotidiana. Enquanto os separatistas viam o processo de diferenciação que afetava o português falado/escrito no Brasil como algo positivo, como os primeiros passos de uma língua outra em formação, os legitimistas o viam como negativo, como a contaminação e destruição da pureza do idioma lusitano. (BORNEMANN; COX, 2013, p. 292-293)

Dessa forma, a norma padrão se apresenta à sociedade como a única forma correta de falar, aquela que é expressa na gramática normativa que aprendemos nas escolas. No entanto, de acordo com Bagno (2015), essa norma está vinculada a fatores e interesses sociais e políticos, não sendo necessariamente uma garantia de comunicação clara. Essa super valorização excessiva da norma padrão, que se originou da norma culta portuguesa, tem contribuído para que os brasileiros ouçam e leiam, há séculos, que não sabem falar português adequadamente, e que a língua que falamos é considerada "português estropiado". Seguindo esse viés, Bagno ainda afirma que,

[...] ao longo do tempo, o conhecimento mecânico da doutrina gramatical se transformou num instrumento de discriminação e de exclusão social. "Saber português", na verdade, sempre significou "saber gramática", isto é, ser capaz de identificar — por meio de uma terminologia falha e incoerente — o "sujeito" e o "predicado" de uma frase, pouco importando o que essa frase queria dizer, os efeitos de sentido que podia provocar etc. Transformada num saber esotérico, reservado a uns poucos "iluminados", a "gramática" passou a ser reverenciada como algo misterioso e inacessível — daí surgiu a necessidade de "mestres" e "guias", capazes de levar o "ignorante" a atravessar o abismo que separa os que sabem dos que não sabem português... (BAGNO, 2007, p. 182)

No contexto acadêmico, frequentemente surgem acusações de que os linguistas defendem a ideia de que "tudo vale na língua". No entanto, é importante destacar que tais acusações são equivocadas, pois as descrições linguísticas realizadas pelos linguistas são baseadas no reconhecimento da realidade linguística dos falantes (FARACO, 2008). É fundamental compreender que os linguistas não afirmam que todas as formas de expressão são igualmente corretas ou adequadas. Pelo contrário, eles se empenham em analisar e descrever como as línguas são usadas pelos falantes em sua diversidade e complexidade. Essa abordagem visa compreender os fenômenos linguísticos em seus contextos culturais, sociais e históricos.

Ao investigar uma língua, os linguistas consideram as variantes linguísticas existentes, os diferentes usos em diversos grupos sociais, bem como as mudanças ao longo do tempo. Eles observam que as línguas são sistemas em constante evolução e que refletem a dinamicidade e a criatividade dos falantes. Portanto, afirmar que os linguistas defendem que "tudo vale na língua" é uma visão simplista e distorcida de seu trabalho. O objetivo dos linguistas é compreender e descrever a língua em toda a sua complexidade, considerando a realidade linguística dos falantes e promovendo uma análise aprofundada e fundamentada. Nas palavras de Faraco:

O que suas descrições efetivamente mostram é que os falantes variam sistemática (e não aleatoriamente) sua expressão e tomam como baliza não um padrão absoluto de correção, mas critérios de adequação às circunstâncias. Nesse sentido, os fenômenos linguísticos não são relativos, mas relativos às circunstâncias. (FARACO, 2008, p. 166)

Sob o mesmo ponto de vista, é importante enfatizar a importância do acesso às normas cultas e à norma padrão. Como exemplo, podemos destacar este trabalho, que foi redigido utilizando a gramática normativa e as regras ortográficas do padrão da norma escrita da língua portuguesa, bem como será de imensurável importância que em sua apresentação, sob a circunstância do evento, a eventual fala se apresente de forma adequada a situação que convém formalidade. Isso implica em utilizar uma linguagem adequada ao contexto, visto que, no âmbito acadêmico, o conhecimento e a aplicação das normas cultas e da norma padrão são essenciais para garantir a clareza, a precisão e a compreensão adequada da mensagem transmitida.

2.3 Evidências e manifestações do regionalismo e classe social como fatores significativos para o preconceito linguístico

A partir da democratização do ensino no Brasil, os bancos escolares do país passaram a receber estudantes provenientes de camadas populares. Isso resulta na convivência de falantes que dominam uma língua diferente daquela apresentada no ambiente escolar, a qual é baseada na norma padrão da língua (BORTONI, 2023). O Brasil é um país cuja principal característica é sua vasta diversidade linguística. Entretanto, há uma crença entre os falantes de que aqueles que não possuem domínio das regras gramaticais e não se apropriam da norma padrão da língua são incapazes de se comunicar de forma adequada. A estes indivíduos é atribuído um valor negativo em relação à sua forma de expressão.

É importante destacar que todos os falantes possuem variações linguísticas de sua região geográfica, classe social, idade, ou apresentam um baixo grau de escolaridade, o qual está relacionado à evasão escolar, fenômeno que ocorre em todo o território brasileiro, porém destaca-se, sobretudo, nas regiões Norte e Nordeste do país, o que contribui para que o preconceito linguístico seja praticado contra o falante.

A abordagem sociolinguística da língua nos mostra que, esperar que a língua seja apresentada conforme os modelos prescritivos da norma padrão e, de certa forma, distanciada da sua realidade falada, pode contribuir para a formação de um julgamento negativo em relação às variedades linguísticas não consideradas cultas ou que diferem do padrão linguístico estabelecido. Isso tem um impacto significativo, especialmente nas comunidades de fala dos nordestinos e das classes sociais mais baixas, que “costumam sofrer estigma as variedades que não correspondem aos usos das camadas sociais dominantes e/ou que se distanciam das prescrições normativas tradicionais.” (BAGNO, 2017, p. 122).

De acordo com uma pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, utilizando dados da Síntese de Indicadores Sociais 2019, constatou-se que o índice de evasão escolar entre adolescentes alcançou 9,2% nas regiões Norte e Nordeste, com uma proporção ligeiramente menor de 6% na região Sudeste. Esse fenômeno pode ser atribuído a diversos fatores, sendo a renda um dos principais determinantes, uma vez que influencia diretamente as

oportunidades educacionais. Essa disparidade contribui, conseqüentemente, para um maior número de indivíduos afastados dos estudos, que são mais propensos a enfrentar o preconceito linguístico por parte daqueles que se consideram bem letrados, quando, em suma, estão em “uma busca incessante de uma língua única, invariável, ou seja, a norma padrão expressa na gramática normativa” (BORTONI-RICARDO, 2023, p. 20).

Dentro do contexto brasileiro, é possível observar que os indivíduos oriundos de regiões que são amplamente reconhecidas como mais economicamente desenvolvidas, tendem a apresentar maior propensão a manifestar aversão em relação aos sotaques e regionalismos característicos de áreas consideradas mais pobres, as quais não adotam uma linguagem dita culta ou prescrita pela norma padrão. Tal fenômeno é apontado por Bagno ao evidenciar que:

As pesquisas sociolinguísticas — que se baseiam em coleta de dados por meio de gravações da fala espontânea, viva, dos usuários nativos da língua — confirmam uma suposição óbvia: as pessoas das classes cultas de qualquer lugar dominam melhor a norma culta do que as pessoas das classes não-cultas de qualquer lugar. Falantes cultos do Rio de Janeiro, do Recife, de Porto Alegre, de São Paulo, de Catolé do Rocha ou de Guaratinguetá se expressarão igualmente bem sob a ótica da norma culta. (BAGNO, 2015, p. 76)

É possível perceber a partir dessas considerações a existência de um contraste que sustenta a tendência de preconceito regional e social voltado ao Nordeste em relação às demais regiões. Esse contraste é evidenciado por uma pesquisa divulgada pelo FECOP (Fundo Estadual de Combate à Pobreza) em 2020, a qual revela que o Nordeste concentra 47,9% da pobreza, enquanto o Sudeste apresenta 17,8% e o Centro-Oeste, 1,8%. O Sudeste e o Centro-Oeste são conhecidos como regiões mais prósperas, enquanto o Nordeste, não apenas por meio de dados estatísticos, mas também através de representações midiáticas e outros meios de divulgação, é retratado como uma região pobre, tanto em termos financeiros quanto em relação à sua linguagem. Essa percepção é frequentemente reforçada em filmes, novelas e outras formas de encenação na mídia. Nesse contexto, o Sudeste e o Centro-Oeste são retratados como regiões cujos falantes são bem-sucedidos e utilizam uma linguagem mais refinada.

Diante disso, fica evidente uma desigualdade associada a fatores sociais e regionais que, de certa forma, reforçam a maneira como a língua portuguesa é representada. Nessas situações, ocorre um processo de depreciação da linguagem

proveniente do Nordeste, região rica em cultura e que geralmente valoriza seus dialetos regionais. Essa forma de falar é frequentemente alvo de discriminação por não se enquadrar nos padrões impostos pela norma culta brasileira, constatamos então, que fatores e índices mencionados anteriormente contribuem para a exclusão social e para o preconceito linguístico.

Apesar de a língua ser considerada um meio de comportamento social, e a sociedade ser diversificada, o uso da linguagem segue um padrão. Para evitar que esse padrão tenha um impacto negativo na autoestima e no desempenho escolar de indivíduos que se expressam de acordo com suas regionalidades, gírias ou dialetos, é necessário que os estudantes tenham consciência de que a língua varia de acordo com as pessoas que a utilizam e com o contexto em que é empregada. Nessa perspectiva, é fundamental compreender que o uso das variações linguísticas não diminui a qualidade da comunicação nem compromete a compreensão da fala por parte dos outros, não havendo justificativa para desrespeito em função disso.

O objetivo do ensino de línguas é proporcionar aos alunos a competência comunicativa. Nesse sentido, compreende-se que a escola deve ser um ambiente acolhedor em todas as questões relacionadas aos seus alunos. As aulas de Português têm o potencial de ir além do enfoque gramatical, demonstrando que a língua não é homogênea nem imutável, mas sim uma entidade viva, que se manifesta em diferentes variações no processo de comunicação dos falantes.

O ensino de línguas, especialmente o Português, deveria levar em consideração a diversidade linguística existente em um determinado contexto, exercitando “[...] a capacidade do usuário de empregar adequadamente a língua nas diversas situações de comunicação” (TRAVAGLIA, 2002, p. 17). Em vez de restringir-se apenas ao ensino das regras gramaticais, é fundamental abordar as diversas formas de uso da língua, valorizando suas variações regionais, socioeconômicas e culturais. Ao adotar essa abordagem, a escola estará promovendo uma visão mais abrangente e inclusiva da língua, permitindo que os alunos compreendam e se expressem em diferentes contextos comunicativos. Isso envolve reconhecer que a língua está em constante evolução e que as variações linguísticas não são inadequações ou erros, mas sim expressões legítimas da diversidade linguística presente em uma sociedade.

Portanto, o ensino de línguas deve ir além do ensino tradicional de gramática, buscando desenvolver nos alunos a capacidade de se comunicar de maneira eficaz

e adequada em diferentes situações. Isso implica em valorizar e respeitar as diversas formas de expressão linguística, proporcionando um ambiente educacional que acolhe e valoriza a diversidade linguística e cultural dos estudantes.

2.4. Variação linguística e preconceito linguístico

A linguagem, enquanto objeto suscetível a contínuas modificações, em virtude do meio em que se insere, está sujeita a variações e mudanças linguísticas. Labov (1962) afirma que os fenômenos de variação são inerentes e essenciais às línguas naturais. Portanto, uma língua sem qualquer forma de variação seria uma utopia; segundo ele, o que merece explicação em termos científicos não é a presença da variação linguística no cerne de uma língua natural, mas sim a sua ausência.

A variação linguística é um fenômeno que ocorre naturalmente em todas as línguas, refletindo a diversidade cultural e social de uma comunidade. O tema em questão constitui objeto de investigação da Sociolinguística, campo de estudo que se dedica a investigar como a divisão da sociedade em grupos diversos, com suas distintas culturas e costumes, influencia a criação de diferentes formas de expressões linguísticas dos falantes de uma língua, que utilizam de formas linguísticas que embora estejam fundamentadas nas normas gramaticais impostas pela gramática prescritiva, elas adquirem suas características próprias, elas podem ser classificadas em quatro categorias distintas: as variações sociais (diastráticas), que resultam da diferenciação linguística entre grupos sociais; as variações regionais (diatópicas), decorrentes das peculiaridades linguísticas presentes em diferentes áreas geográficas; as variações históricas (diacrônicas), que se referem às transformações linguísticas ocorridas ao longo do tempo; e, por fim, as variações estilísticas (diafásicas), relacionadas aos diferentes registros linguísticos empregados em contextos específicos.

Segundo Bortoni-Ricardo (2004), no contexto brasileiro, a variação linguística se manifesta por meio de diferenças fonéticas, lexicais, gramaticais e discursivas entre grupos sociais, regiões geográficas, contextos comunicativos diversos. Bortoni (2004) destaca, ainda, que a variação linguística não é um desvio ou erro, mas uma característica inerente à língua, resultante da dinamicidade e da adaptação que ocorrem no uso linguístico. Esse cenário se deve ao fato de que "a partir das análises do português do Brasil, mais e mais se constata a distância entre as formas

usuais no nosso vernáculo e o português exigido na escrita e prescrito nos manuais de gramática" (PAGOTTO, 1999, p. 50).

Embora a variação linguística seja um fenômeno natural da língua de qualquer falante, ela pode ser um fator determinante para que o preconceito linguístico seja praticado entre os falantes, que, através de uma ótica de preconceito, julgam as pessoas com base na forma como elas falam. O preconceito acontece quando as variações linguísticas diferem das normas sociais ou padrões considerados como "padrão" ou "corretos" na comunidade linguística dominante, resultando em estigmatização e discriminação dos falantes de variedades estigmatizadas (BORTONI, 2004). Diante disso, é essencial que o aluno esteja apto a reconhecer tais transformações da língua, conforme podemos observar no seguinte trecho extraído dos PCN's:

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em "Língua Portuguesa" está se falando de uma unidade que os constitui de muitas variedades. Embora no Brasil haja relativa unidade linguística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades linguísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. (BRASIL, 1998, p. 29).

Diante disso, a ideia de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua (BAGNO, 2015); portanto, nesse contexto, utilizar da norma padrão e culta para justificar um julgamento negativo acerca das variações na fala do outro é incabível, e ilusório, ilusório por se tratar de uma crendice de grande parte dos falantes do português brasileiro. São muitas as percepções equivocadas que rodeiam a variação linguística e padrão da língua, Bagno (2015) em seu livro *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz* desmistifica algumas dessas concepções, uma delas é a de que o brasileiro não sabe falar português tão bem quanto os Portugueses. Isso ocorre pelo fato de falarem de forma que para nós brasileiros soa "culto" e dentro do padrão da língua. Segundo Bagno,

[...] essa enorme besteira de dizer que que "brasileiro não sabe português" e que "só em Portugal se fala bem português"? É uma piada de mau gosto, infelizmente transmitida de geração a geração pelo ensino tradicional da gramática na escola. O brasileiro sabe português, sim. O que acontece é que nosso português é diferente do português falado em Portugal. Quando

dizemos que no Brasil se fala português, usamos esse nome simplesmente por comodidade e por uma razão histórica justamente a de termos sido uma colônia de Portugal. (BAGNO, 2015, p. 43)

No português brasileiro, a frase "dê-me um cigarro" é comumente falada como "me dá um cigarro". A principal diferença está na conjugação do verbo "dar". No Brasil, o pronome "me" é comumente usado antes do verbo "dá" para expressar a ação de pedir algo para si, como "me dá um cigarro" em próclise. Essa forma de falar é típica da fala coloquial do português brasileiro, enquanto em Portugal a frase seria "dá-me um cigarro", com a colocação do pronome "me" após o verbo, em ênclise. Essas diferenças de colocação pronominal são uma das características distintivas entre o português de Portugal e o português do Brasil, sendo também um dos aspectos mais cobrados na fala e escrita dos alunos que estão diariamente imersos nas aulas de português de gramática normativa. Nesse contexto, é importante destacar que a escrita existe para tornar codificada a fala, e não o contrário.

Sobre esse distanciamento entre fala e escrita, português brasileiro e português de Portugal, um dos principais parâmetros de comparação da língua portuguesa, Bagno aponta o mito "Brasileiro não sabe português"/ "Só em Portugal se fala bem português" e nos mostra que,

O único nível em que ainda é possível uma compreensão quase total entre brasileiros e portugueses é o da língua escrita formal, porque a ortografia é praticamente a mesma, com poucas diferenças. Mas um mesmo texto lido em voz alta por um brasileiro e por um português vai soar completamente diferente, ou melhor, *different!* (BAGNO, 2015, p. 45)

Compreender e abordar o preconceito linguístico é essencial para uma sociedade mais inclusiva e justa. Infelizmente, algumas pessoas tendem a minimizá-lo, considerando-o apenas uma brincadeira inofensiva. Entretanto, é importante estar alerta para os danos causados por tais atitudes (BAGNO, 2015). Ao perpetuar estereótipos e discriminações, o preconceito linguístico marginaliza grupos sociais cujas formas de fala são estigmatizadas. Os impactos são significativos, incluindo exclusão social, danos à autoestima e limitação em determinados contextos cotidianos para aqueles que utilizam variedades não prestigiadas. Portanto, combater esse preconceito é fundamental para promover uma sociedade mais inclusiva, onde todas as formas de linguagem sejam valorizadas e, sobretudo, respeitadas.

A dinâmica do preconceito muitas vezes emerge de grupos sociais que buscam se posicionar como superiores aos demais, formando estereótipos negativos. De acordo com os PCN's (Brasil, 1998, p. 82), "o preconceito linguístico, assim como qualquer outro preconceito, é resultado de avaliações subjetivas dos grupos sociais e precisa ser combatido com determinação e vigor." Os estereótipos são criações sociais que acabam sendo aplicadas a diferentes áreas da vida, inclusive à linguagem. Quando falamos em estereótipos linguísticos, estamos nos referindo a associações que podem ser negativas, positivas ou simplistas atribuídas a palavras específicas, formas de expressão ou variações linguísticas. É importante lembrar que esses estereótipos não são uma representação precisa da riqueza e complexidade da linguagem e, muitas vezes, podem levar a incompreensões e preconceitos.

Por outro lado, a estigmatização de palavras acontece quando certas expressões são menosprezadas, consideradas inadequadas, erradas ou inferiores em relação a uma norma linguística prestigiada ou socialmente dominante. Essa estigmatização pode surgir de preconceitos linguísticos, em que certas palavras são estigmatizadas devido à sua associação com grupos sociais específicos, regiões geográficas, dialetos ou variações linguísticas. Bagno (2017) destaca que a atribuição de valor negativo a determinadas palavras têm a ver com o grupo que lhes são mais associadas.

O prestígio que as camadas sociais dominantes atribuem a determinados falantes e/ou a grupos sociais específicos é transferido aos modos de falar desses falantes e/ou grupos sociais, e o mesmo vale para o estigma. Comunidades de fala ou minorias étnicas tradicionalmente vistas como "primitivas", "inferiores", "atrasadas" etc. terão suas variedades ou línguas rotuladas igualmente de "primitivas", "inferiores" ou "atrasadas", numa perspectiva unicamente ideológica, uma vez que não há nada, de um ponto de vista fonomorfo-sintático e semântico-lexical, que justifique essas atribuições, a não ser o preconceito social. (BAGNO, 2017, p. 122)

Portanto, observa-se que a relação entre variação linguística e fatores sociais também se reflete nas questões de preconceito linguístico. Tal preconceito linguístico pode impactar emocionalmente os indivíduos e fortalecer desigualdades sociais já existentes. A influência da norma-padrão brasileira, derivada do padrão europeu moderno, continua a exercer uma pressão sobre os falantes, uma vez que são "enredados por uma cultura do erro que afeta pesadamente o nosso imaginário sobre a língua, as nossas relações sociais e o ensino de português" (FARACO,

2008, p. 107), o que contribui com o preconceito linguístico e a estigmatização de usos de determinados grupos de falantes, considerando que uma das funções sociais da linguagem é marcar a identidade do indivíduo.

A normatização linguística é amplamente valorizada ao ponto em que, segundo as considerações de Bourdieu (1998), não é tanto a habilidade de comunicação em si que se mostra relevante, mas sim a proficiência em utilizar a língua legitimada. Para ele,

A competência suficiente para produzir frases suscetíveis de serem compreendidas pode ser inteiramente insuficiente para produzir frases suscetíveis de serem escutadas, frases aptas a serem reconhecidas como admissíveis em quaisquer situações nas quais se pode falar. Também nesse caso, a aceitabilidade social não se reduz apenas à gramaticalidade. Os locutores desprovidos de competência legítima se encontram de fato excluídos dos universos sociais onde ela é exigida, ou então, se veem condenados ao silêncio. (BOURDIEU, 1998, p. 42)

Nessa visão, para Bourdieu (1998), ter fluência na língua considerada legítima, ou seja, a norma-padrão no contexto brasileiro, é um fator distintivo na sociedade, e aqueles que a dominam desfrutam de vantagens em relação aos outros. Isso significa que ter esse conhecimento traz benefícios em termos de reconhecimento social, e conseqüentemente uma separação ou exclusão social.

Trazendo para o contexto escolar, que também faz parte da construção pessoal de um indivíduo, essa questão pode ter impactos significativos na educação, influenciando diversos aspectos do processo educacional e do desenvolvimento dos estudantes, uma vez que os estudantes que enfrentam o preconceito linguístico podem se sentir excluídos, ou evitar participar de atividades acadêmicas e sociais, o que prejudica sua interação com colegas e professores, impactar na motivação, já que, o sentimento de inferioridade linguística pode levar os estudantes a se desmotivarem na aprendizagem, pois eles podem acreditar que não são capazes de atingir os padrões impostos pela norma-padrão, o que pode levar ao abandono escolar precoce e à falta de interesse em buscar conhecimento e desenvolvimento acadêmico.

Nossa língua é intrinsecamente mutável, passando por construções linguísticas variadas conforme as regiões e grupos sociais em nosso país, portanto, valorizar a diversidade linguística e compreender a riqueza que cada expressão traz consigo nos ajuda a romper com esses estereótipos e estigmas linguísticos, e a promover um diálogo mais empático e inclusivo em nossa sociedade.

Para combater a estigmatização de determinados usos/palavras, bem como o preconceito linguístico, Bagno (2015) defende a importância da conscientização linguística e da valorização de todas as formas de expressão linguística. Ele ressalta que é essencial reconhecer a diversidade e a vitalidade da língua, combatendo a imposição de normas linguísticas rígidas e hierarquizadas. Valorizar a diversidade linguística e promover uma educação linguística inclusiva são passos fundamentais para combater a estigmatização de palavras e construir uma sociedade mais justa e respeitosa. Para isso, ele propõe mudanças de atitudes que se dão em sociedade, em construir nossa própria *auto-estima linguística* e parar de acreditar que não sabemos falar português.

Cada um de nós, professor ou não, precisa elevar o grau da própria *autoestima linguística*: recusar com veemência os velhos argumentos que visem menosprezar o saber linguístico individual de cada um de nós. Temos de nos impor como falantes competentes de nossa língua materna. Parar de acreditar que "brasileiro não sabe português", que "português é muito difícil", que os habitantes da zona rural ou das classes sociais mais baixas "falam tudo errado". Acionar nosso senso crítico toda vez que nos depararmos com um *comando paragramatical* e saber filtrar as informações realmente úteis, deixando de lado (e denunciando, de preferência) as afirmações preconceituosas, autoritárias e intolerantes. (BAGNO, 2015, p. 166, grifo do autor)

Propõe, ainda, atitudes para professores, na adoção de uma postura mais crítica às imposições, como refletir sobre os manuais gramaticais:

Do ponto de vista teórico, esta nova postura pode ser simbolizada numa simples troca de sílaba. Em vez de REPETIR alguma coisa, o professor deveria REFLETIR sobre ela. Diante da velha doutrina gramatical normativa, o professor não deveria limitar-se a transmiti-la tal e qual ela se encontra compendiada nos manuais gramaticais ou nos livros didáticos. (BAGNO, 2015, p. 166)

Levando em consideração as reflexões até aqui explanadas, percebemos que a origem do preconceito linguístico está, antes de tudo, fundamentada em questões sociais, assim como outras formas de preconceito. Para resolver essa problemática, é essencial que os professores adotem uma postura pedagógica reflexiva. Por meio da atuação da escola, é possível conscientizar os alunos sobre os amplos processos comunicativos. Diante disso, observa-se, ainda, que a prática do preconceito linguístico está intimamente relacionada à rigidez da gramática normativa, o que entra em conflito com a diversidade linguística, e que a rigidez da gramática

normativa tende a desvalorizar a riqueza da linguística brasileira, a qual apresenta uma notável diversidade de variedades linguísticas.

Em virtude disso, o papel do professor de português é de suma importância no enfrentamento e no combate ao preconceito linguístico, ao mostrar aos alunos que a língua é viva, está em constante transformação e adaptação às necessidades comunicativas dos falantes. Essa conscientização ajuda a desmistificar a ideia de que apenas um padrão específico de linguagem é "correto" ou "superior", conforme aponta Geraldi (1996):

Cabe ao professor de língua portuguesa ter presente que as atividades de ensino deveriam oportunizar aos seus alunos o domínio de uma outra forma de falar o dialeto padrão, sem que isso signifique a depreciação da forma de falar predominante em sua família, em seu grupo social, etc. Isso porque é preciso romper o bloqueio de acesso ao poder e a linguagem é um de seus caminhos. (GERALDI, 1996, p. 163).

Em síntese, com ações pedagógicas embasadas nesses princípios, é possível criar um ambiente escolar mais acolhedor e enriquecedor, onde todos os alunos se sintam valorizados em sua identidade linguística e cultural, na tentativa de romper com os estereótipos e estigmas linguísticos.

3. METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa está dividida em duas partes: (i) pesquisa bibliográfica e (ii) pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica está relacionada aos temas que se entrecruzam neste texto monográfico, como: língua(gem), norma padrão e culta, variação linguística e preconceito linguístico. A pesquisa de campo é de natureza descritiva-analítica e busca entender o fenômeno do preconceito linguístico e suas implicações no contexto escolar, uma vez que analisará as respostas dos alunos a partir de um questionário aplicado *in loco*. Utilizamos, então, uma abordagem quali-quantitativa para uma análise mais completa e abrangente sobre as perspectivas dos alunos a respeito do tema. A abordagem quantitativa foi utilizada com vistas a quantificar as respostas dadas pelos alunos, por meio do questionário aplicado, e analisar os percentuais obtidos; somado a isso, utilizamos a abordagem qualitativa para obter uma melhor compreensão das respostas dos alunos, pois consideramos que essa abordagem nos leva a projeções e pensamentos dados pelos indivíduos, que podem ser analisadas a partir da concatenação dos dados com os pressupostos teóricos utilizados na pesquisa.

A utilização de questionário em uma pesquisa, segundo Gil (1999, p. 128), pode ser um método definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”, o que consideramos ser de extrema importância para obtermos uma visão mais ampla acerca das perspectivas dos participantes.

3.2 Pesquisa de campo: caracterização da escola, informantes e instrumentos de pesquisa

Esta pesquisa foi realizada na escola instituição educacional Centro de Ensino Prefeito Dionilo Gonçalves Costa. A escola está situada no município de Magalhães de Almeida, no estado do Maranhão, sendo pertencente à rede estadual de ensino, que oferece, exclusivamente, o ensino médio, tendo 358 alunos

matriculados, entre eles, também, alunos adultos do EJAII. A seleção dessa instituição de ensino se deu em virtude de minha conclusão de estágio curricular nessa mesma unidade escolar, onde foi possível, durante as observações que precedem as ministrações de aulas no percurso de estágio e as regências, analisar atitudes de preconceito linguístico entre os alunos. Essas observações contribuíram de forma significativa tanto na comunhão e enriquecimento de minha experiência acadêmica quanto nesta pesquisa.

O público-alvo da pesquisa foram os discentes das turmas de 3º ano A e B, do turno matutino, composto por 62 (sessenta e dois) alunos de faixa etária entre 14 e 17 anos, ao qual antes da aplicação do questionário, foram informados sobre a natureza e os objetivos da pesquisa, bem como sobre a anonimidade e confidencialidade das respostas.

Como instrumento de pesquisa de coleta de dados, utilizamos um questionário composto por 15 questões, 2 abertas (subjetivas) e 13 fechadas (objetivas) relacionadas ao tema do preconceito linguístico (Cf. Apêndice 1). O questionário foi aplicado durante o período de estágio em sala de aula, com a permissão do professor responsável. A aplicação do questionário aconteceu sem a necessidade de identificação dos alunos para evitar constrangimentos e proporcioná-los uma maior segurança quanto ao sigilo de suas respostas, de acordo com os princípios éticos da pesquisa.

Feita a exposição dos procedimentos metodológicos, partiremos, então, para as análises dos dados coletados.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO: O QUE DIZEM OS DADOS

Neste capítulo, iremos iniciar as análises e as discussões dos dados coletados a partir do questionário supracitado, este, composto por 15 questões sobre o preconceito linguístico, dentre elas, temos: uma questão mista (questão 1), envolvendo elementos objetivos e descritivos para constatar as perspectivas e as reflexões pessoais dos alunos sobre o tema, uma totalmente subjetiva (questão 6), e as demais 13, objetivas.

Para elaboração das nossas análises, selecionamos as questões objetivas (2, 4, 6, 9, 14 e 15) e as questões subjetivas (1 e 6), pois consideramos fundamentais para discussão mais aprofundada.

Com isso, elaboramos a Tabela I, em que nela apresentamos as respostas que serão analisadas na Questão 1, que contém um questionamento para uma resposta objetiva, e espaço para respostas subjetivas acerca do questionamento. Vale destacar que elaboramos, primeiramente, uma tabela geral com todas as respostas subjetivas de todos os alunos, possibilitando a visualização global das respostas obtidas, bem como o questionário completo que foi aplicado.

As respostas foram transcritas sem alterações ortográficas, permanecendo conforme a escrita dos alunos. Vale destacar que os alunos estão identificados de acordo com suas respectivas numerações, conforme a tabela geral, a qual, como já mencionado anteriormente, estará disponível para visualização no Apêndice 2.

Tabela 1. Percentuais e respostas analisadas na Questão 1

QUESTÃO 1. Você sabe o que é preconceito linguístico?			
SIM	33,8%	NÃO	66,1%
Se sim, o que você sabe sobre?			
ALUNO 32: <i>É um preconceito com as pessoas que falam errado.</i>			
ALUNO 24: <i>Preconceito linguístico é chato, eu já sofri muito preconceito linguístico por falar nordestino em outros lugares.</i>			
ALUNO 19: <i>O preconceito relacionado a expressões e falas de povos, os que mais sofrem este preconceito são os nordestinos.</i>			

ALUNO 7: <i>É a pessoa não saber se expressar de forma correta na gramática.</i>
ALUNO 59: <i>É quando a pessoa não gosta ou odeia nosso modo que falamos.</i>
ALUNO 52: <i>Modo de falar umas palavras erradas e seus colegas fazerem piadas do seu modo de falar ou sorriem.</i>
ALUNO 51: <i>É aquela pessoa que não sabe falar direito a língua portuguesa tem dificuldades.</i>
ALUNO 40: <i>Acho que é quando a pessoa não sabe falar direito e existem pessoas que tem preconceito.</i>

Fonte: Elaborada pela autora

A pesquisa revelou que 33,8% dos alunos afirmaram saber o que é preconceito linguístico, enquanto 66,1% declararam não ter conhecimento sobre o tema. Esses resultados indicam uma divisão significativa entre os participantes em relação ao entendimento do conceito. A porcentagem substancial de alunos que afirmam não saber o que é preconceito linguístico pode sugerir uma falta de consciência sobre essa questão e suas implicações.

Os resultados obtidos demonstram a necessidade de promover a conscientização sobre o preconceito linguístico em ambientes educacionais. A falta de conhecimento sobre essa temática pode levar os próprios alunos a atitudes discriminatórias com os demais. Nesse sentido, é indispensável que as instituições educacionais agreguem o tema do preconceito linguístico em suas práticas pedagógicas, portanto, é imprescindível desenvolver estratégias de sensibilização e educação que combatam a discriminação linguística e que proporcionem a valorização da diversidade linguística.

A tarefa de discutir o assunto em sala de aula com os alunos é atribuída aos professores, os quais devem explorar as implicações das variações linguísticas em suas aulas de português, bem como mostrar sua contribuição sociocultural e os motivos pelos quais tais variações existem, pois, como enfatiza Bortoni Ricardo “a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e por meio deles os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa” (2005, p.15). Nesse sentido, faz-se crucial destacar o papel essencial da formação de professores ao capacitá-los para lidar de maneira efetiva com a diversidade linguística em sala de aula.

Partindo para as respostas discursivas que dizem respeito aos que responderam “sim”, as respostas dos alunos apresentam similaridade de perspectivas sobre o preconceito linguístico. Podemos observar isso com base na resposta do Aluno 1, que afirma que “é um preconceito com as pessoas que falam errado”, do Aluno 4, quando diz que “é a pessoa não saber se expressar de forma correta na gramática”, do Aluno 5, que diz que “é quando a pessoa não gosta ou odeia nosso modo que falamos”, do Aluno 6 ao afirmar que é o “modo de falar umas palavras erradas e seus colegas fazerem piadas do seu modo de falar ou sorriem” e do Aluno 8, quando afirma que “acho que é quando a pessoa não sabe falar direito e existem pessoas que tem preconceito”.

Nessas afirmações, é possível observar o entendimento desses alunos de que o preconceito linguístico está relacionado ao julgamento e à discriminação daqueles que utilizam formas linguísticas consideradas inadequadas ou não padronizadas pela gramática normativa. Segundo Bagno “Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente” (2015, p. 180).

Pôde-se observar, ainda, que, ao mesmo tempo em que sabem da existência do preconceito linguístico, usam os termos “falar errado” e “falar direito” para se referir ao modo de fala daqueles que sofrem o preconceito. Essas percepções indicam uma sensibilidade em relação ao julgamento de pessoas com base em sua linguagem, evidenciando uma conscientização sobre a questão, bem como também evidencia a dificuldade dos alunos em compreender que a diversidade linguística faz parte da língua e não são erradas por serem diferentes da norma padrão estudada nas escolas. Sobre esse ponto de vista, Bagno afirma:

É claro que é preciso ensinar a escrever de acordo com a ortografia oficial, mas não se pode fazer isso tentando criar uma língua ‘artificial’ reprovando como ‘erradas’ as pronúncias que são resultado natural das forças internas que governam o idioma” destacando que “seria mais justo e democrático dizer ao aluno que ele pode dizer BUnito ou BOnito mas que só pode escrever BONITO, porque é necessária uma ortografia única para toda a língua”. (BAGNO, 2015, p. 80).

Em relação às respostas dos alunos 2 e 3, é possível observar que esses alunos associam o preconceito linguístico a uma região específica, indicando uma percepção de que certos grupos regionais são mais propensos a sofrer preconceito

em relação à sua fala. Essa associação acontece por estar vinculada a estereótipos linguísticos que levam à discriminação com base na origem geográfica dos falantes. Observamos esse fator na resposta do Aluno 3, quando afirma que “O preconceito é relacionado a expressões e falas de povos, os que mais sofrem este preconceito são os nordestinos”, deixando claro em sua resposta que tem consciência de que o preconceito linguístico acontece sobretudo, com falantes nordestinos.

O mesmo ocorre com a resposta do Aluno 2 ao dizer que o “Preconceito linguístico é chato, eu já sofri muito preconceito linguístico por falar nordestino em outros lugares”; nessa resposta, o aluno, além de evidenciar sua percepção acerca do preconceito linguístico relaciona esse fenômeno ao regionalismo, que fornece, ainda, uma perspectiva pessoal e experiencial. A afirmação “preconceito linguístico é chato” indica uma avaliação subjetiva do fenômeno, refletindo um sentimento de desconforto e descontentamento em relação às atitudes discriminatórias. Levando em consideração essas percepções, Bagno (2015) reforça sobre a mídia ter influência nessa visão distorcida acerca do linguajar nordestino. Segundo ele,

É um verdadeiro acinte aos direitos humanos, por exemplo, o modo como a fala nordestina é retratada nas novelas de televisão, principalmente da Rede Globo. Todo personagem de origem nordestina é, sem exceção, um tipo grotesco, rústico, atrasado, criado para provocar o riso, o escárnio e o deboche dos demais personagens e do espectador. No plano linguístico, atores não-nordestinos expressam-se num arremedo de língua que não é falada em lugar nenhum do Brasil, muito menos no Nordeste. Costumo dizer que aquela deve ser a língua do Nordeste de Marte! Mas nós sabemos muito bem que essa atitude representa uma forma de marginalização e exclusão. (MARCOS BAGNO, 2015, p. 68)

Isso demonstra a importância de abordar a temática do preconceito linguístico em sua complexidade na sala de aula, destacar suas implicações para assim, erradicar visões equivocadas.

Em se tratando das questões objetivas, dispomos os dados coletados que foram selecionadas para discussão na Tabela 2, como podemos ver, a seguir:

Tabela 2. Percentuais obtidos com base nas questões 2, 4, 9, 14, 15

QUESTÕES OBJETIVAS - 2, 4, 9, 14, 15.				
QUESTÃO 2: O que você acha da sua fala em relação à língua portuguesa?				
Bom 30,6%	Péssimo 0,4%	Preciso melhorar 59,6%	Muito ruim 0,8%	Excelente 0,0%

QUESTÃO 4: Como você se sente quando alguém corrige sua fala na frente de outras pessoas?
<i>Envergonhado 62,9% Não ligo muito 38,7% Gosto quando me corrigem 16,1%</i>
QUESTÃO 9: De que forma você acha que o preconceito linguístico pode prejudicar um aluno?
<i>Desistencia 0,8% Medo de se expressar diante dos colegas de turma 87,0% Medo do professor corrigir 0,4%</i>
QUESTÃO 14: Você auto analisa seu modo de falar quando está diante de alguém que você considera mais inteligente ou mais elevado que você?
<i>Sim 67,7% Não 32,2%</i>
QUESTÃO 15: Você acha que aqueles que têm maior domínio da norma padrão são os que mais sobem de classe social?
<i>Sim 51,6% Não 48,3%</i>

Fonte: Elaborada pela autora

Ao analisarmos a Questão 2, “O que você acha da sua fala em relação à língua portuguesa?”, podemos observar as diferentes percepções dos entrevistados em relação à sua fala. A pergunta formulada buscou avaliar a autoimagem linguística dos participantes. Representando 30,6% das respostas para “bom” constata-se uma percepção positiva sobre suas falas, o que pode refletir uma confiança em suas habilidades linguísticas em português. Para Calvet,

“fala-se de *segurança linguística* quando, por razões sociais diferenciadas, os falantes não se sentem questionados em seu modo de falar, quando consideram *sua* norma a norma, há *insegurança linguística* quando os falantes consideram seu modo de falar pouco valorizado e têm em mente outro modelo, mais prestigioso, mas que não praticam” (CALVET, 2002, p, 63).

Nesse caso, podemos inferir que os alunos que responderam “bom” possuem uma boa relação com a língua portuguesa; em contraste, uma minoria de 0,4% dos entrevistados avaliou sua fala como “péssima”, sugerindo que apenas uma pequena parcela teve uma autoavaliação negativa, o mesmo se observa na pequena porcentagem de 0,8% que consideraram sua fala como “muito ruim”, o que indica uma percepção negativa, mas ainda assim representando uma proporção baixa.

Porém, a maioria dos entrevistados (59,6%) respondeu que “precisa melhorar” em relação à língua portuguesa. Esse resultado aponta para uma necessidade de

aprimorar seus modos de falar, o que pode estar associado a uma autocrítica gerada por comparação de suas falas coloquiais ao padrão culto da língua. Nesse contexto, é possível inferir que o preconceito linguístico pode estar desempenhando um papel importante. As pessoas podem sentir a pressão social para se adequar a padrões linguísticos considerados “corretos” e podem perceber suas próprias formas de fala como inferiores ou inadequadas, levando a uma autoavaliação negativa e à crença de que precisam melhorar.

Sob esse mesmo ponto de vista, surpreendentemente, nenhum entrevistado classificou sua fala como “excelente”, sugerindo uma falta de autoavaliação positiva. O que nos indica fortemente que os entrevistados possuem um senso crítico baseado na cultura do preconceito linguístico que também afeta sua percepção positiva sobre sua própria fala.

Já a Questão 4, “Como você se sente quando alguém corrige sua fala na frente de outras pessoas?”, explora as reações emocionais dos participantes em relação a serem corrigidos em público. A análise revela que a resposta mais frequente foi “envergonhado”, com 62,9% dos participantes escolhendo essa opção. Isso sugere que uma grande parte dos alunos se sente desconfortável e constrangido quando sua fala é corrigida em público. Esse sentimento pode estar relacionado às implicações do preconceito linguístico, em que a correção pública pode ser percebida como uma exposição das diferenças linguísticas e como uma forma de inferiorização. O modo como as pessoas concebem a linguagem é fortemente influenciado pela ideologia ligada à norma-padrão. Isso leva aqueles que estão mais familiarizados com essa forma expressarem avaliações desfavoráveis em relação àqueles que utilizam variantes linguísticas diferentes.

A opção “não ligo muito” foi selecionada por 38,7% dos entrevistados. Isso indica que um grupo significativo não reage de maneira tão intensa à correção pública da fala. Eles podem estar mais confiantes em relação à sua expressão linguística ou podem valorizar menos a opinião dos outros sobre suas formas de falar, aqui retomamos o que Calvet (2002) chama de *Segurança Linguística*.

Dando continuidade as respostas da Questão 4, temos o percentual de 16,1% de participantes que responderam que gostam quando alguém os corrige em público. Isso pode sugerir que algumas pessoas têm uma atitude positiva em relação à correção, talvez acreditando que isso as ajude a melhorar ou a aprender, ou seja, para eles a crítica é um componente essencial da experiência acadêmica.

Assim, quando alguém oferece correções, essa percepção já está enraizada na mente do aluno; contudo, muitos experimentaram sentimentos de desconforto. São esses indivíduos que frequentemente se veem submetidos à desconsideração por parte daqueles que mais dominam a variante padrão.

A Questão 9, “De que forma você acha que o preconceito linguístico pode prejudicar um aluno?”, busca explorar as percepções dos participantes sobre os impactos negativos do preconceito linguístico no ambiente educacional. A análise revela a forma de prejuízo “desistência” foi escolhida por 0,8% dos participantes, isso indica que uma parcela muito pequena acredita que o preconceito linguístico pode levar um aluno a desistir completamente da sua educação; em contrapartida, a opção mais frequente, com 87,0% de escolha, foi “medo de se expressar diante dos colegas” o que reflete uma percepção significativa de que o preconceito linguístico pode inibir a confiança dos alunos em se expressarem em sala de aula.

Uma pequena porcentagem de 0,4% dos participantes mencionou o “medo do professor corrigir” como um possível prejuízo, indicando que alguns alunos podem temer serem corrigidos de maneira pública ou constrangedora pelo professor. O medo de serem julgados ou ridicularizados pelos colegas ou corrigido pelos professores pode afetar negativamente sua participação e seu engajamento no aprendizado. Em vista dessas discussões, destacamos Bortoni-Ricardo quando afirma:

Os alunos que chegam à escola falando “nós chegemu”, “abrido” e “ele drome”, por exemplo, têm que ser respeitados e ver valorizadas as suas peculiaridades linguístico-culturais, mas têm o direito inalienável de aprender as variantes do prestígio dessas expressões. Não se lhes pode negar esse conhecimento, sob pena de se fecharem para eles as portas, já estreitas, da ascensão social. (BORTONI. 2005, p.15).

Bortoni-Ricardo enfatiza nesse trecho, o quão prejudicial pode ser a correção exacerbada e sem restrições, defendendo pela parte dos professores, uma abordagem pacífica que equilibre o respeito à diversidade linguística do aluno, e, ao mesmo tempo ceda-lhes a oportunidade de aprender as variantes prestigiadas de sua língua, sendo esse um passo importante para reduzir as barreiras linguísticas que podem limitar suas oportunidades presentes e futuras.

A Questão 14, “Você auto analisa seu modo de falar quando está diante de alguém que você considera mais inteligente ou mais elevado que você?”, tem como foco a autorreflexão dos indivíduos em relação à sua forma de falar em situações com pessoas que consideram mais inteligentes ou superiores. A partir das respostas

obtidas, pode-se observar que a maioria dos alunos (67,7%) afirmou que sim, eles auto analisam seu modo de falar nessas circunstâncias, enquanto uma proporção menor (32,2%) respondeu que não o fazem. A monitoração da fala, nesse cenário, indica a habilidade dos indivíduos de avaliar e adaptar sua linguagem, com o intuito de se alinhar às normas linguísticas consideradas mais prestigiadas, como uma busca por validação social, evidenciando o reconhecimento da existência de hierarquias linguísticas atribuídas a determinadas comunidades de falantes. Nesse sentido, confirma-se a dificuldade dos falantes em aceitar a variação linguística como um fenômeno intrínseco à língua. Segundo (Bortoni-Ricardo, 2023, p.17) “No Brasil, não se assume a diversidade linguística, a escola não se sente responsável pelo combate ao conflito linguístico. Caberia à escola promover ao aluno o acesso a todos os bens culturais, inclusive o linguístico”.

As respostas obtidas na Questão 15, “Você acha que aqueles que têm maior domínio da norma padrão são os que mais sobem de classe social?”, demonstram uma considerável divisão de opiniões. O percentual nos revela que um pouco mais da metade dos participantes (51,6%) acredita que o domínio da norma padrão está ligado à ascensão social e sugere uma percepção de que a linguagem desempenha um papel importante na mobilidade social. Isso pode refletir crenças arraigadas sobre a valorização da linguagem padrão em contextos educacionais e profissionais. A resposta “não”, escolhida por 48,3%, dos participantes indica que uma parcela significativa discorda da ideia de que apenas o domínio da norma padrão é necessário para subir de classe social. Isso pode sugerir uma compreensão mais ampla dos fatores envolvidos na mobilidade social, incluindo educação e oportunidades.

Nesse contexto, Bagno destaca que “É muito comum encontrar pessoas muito bem-intencionadas que dizem que a norma padrão conservadora, tradicional, literária, clássica é que tem de ser mesmo ensinada nas escolas porque ela é um instrumento de ascensão social” (2015, p. 104), questionando a visão simplista e convencional sobre essa relação entre linguagem e mobilidade social. Afirma, ainda, que os professores de português, que teoricamente são especialistas nas normas cultas e padrão, não ocupam o topo da pirâmide social, sugerindo que essa suposição não se sustenta na realidade. (BAGNO, 2015).

Para finalizarmos nossas análises, iremos explorar os resultados obtidas da Questão 6, “Escreva alguma palavra, ou palavras, que você já falou e alguém lhe

corrigiu”, única questão totalmente discursiva, que tinha como objetivo investigar as formas, palavras, expressões pelas quais os alunos já foram corrigidos em suas falas. Observando as respostas dos alunos, foi possível perceber que eles colocaram também, além de palavras corrigidas em suas falas, palavras que foram possivelmente corrigidas no contexto de escrita, partindo para o contexto ortográfico. No total, foram obtidas respostas de 45 alunos para a questão, que tratava das correções feitas a esses alunos em diferentes contextos. Vejamos a seguir suas respostas:

Quadro 1. Respostas obtidas com base na Questão 6

QUESTÃO 6: Escreva alguma palavra, ou palavras, que você já falou e alguém lhe corrigiu.	
ALUNO 1	<i>Agente</i>
ALUNO 2	<i>Mermo</i>
ALUNO 4	<i>Elicopero</i>
ALUNO 5	<i>Caraterística</i>
ALUNO 6	<i>Probabilidade</i>
ALUNO 7	<i>vou no banheiro, mais melhor, rô ali, barrê</i>
ALUNO 8	<i>vou rarra</i>
ALUNO 10	<i>no banheiro</i>
ALUNO 11	<i>preda, barrer, agente</i>
ALUNO 12	<i>Marrapa</i>
ALUNO 13	<i>Agente</i>
ALUNO 15	<i>Peda</i>
ALUNO 18	<i>Obivio</i>
ALUNO 19	<i>sai pra fora</i>
ALUNO 20	<i>mascupoca, vou rarra</i>
ALUNO 21	<i>vou no banheiro</i>
ALUNO 22	<i>barre a casa</i>
ALUNO 23	<i>rô la</i>
ALUNO 24	<i>mais grande</i>
ALUNO 26	<i>ra cheguei, meu zoi, acula</i>
ALUNO 27	<i>marrapa, zoi</i>

ALUNO 28	<i>rai – vai</i>
ALUNO 31	<i>mais melhor</i>
ALUNO 32	<i>ir no banheiro, ir mimbora</i>
ALUNO 33	<i>tu rai pro rio</i>
ALUNO 34	<i>Ingual</i>
ALUNO 35	<i>é mermo</i>
ALUNO 37	<i>bo rogar</i>
ALUNO 39	<i>posso ir no banheiro</i>
ALUNO 41	<i>é mermo, rarra</i>
ALUNO 43	<i>ingual, ingreja, rai, mangar</i>
ALUNO 45	<i>Trusi</i>
ALUNO 46	<i>salgado, mermo, ir no banheiro, ingreja, indiota</i>
ALUNO 47	<i>probrema, indiota, ingreja</i>
ALUNO 48	<i>sombrancelha</i>
ALUNO 49	<i>zoi, espêi</i>
ALUNO 50	<i>Indiota</i>
ALUNO 51	<i>posso ir no banheiro</i>
ALUNO 52	<i>Abrido</i>
ALUNO 53	<i>ingual, obivio</i>
ALUNO 56	<i>agente, mim dá</i>
ALUNO 58	<i>Imbigo</i>
ALUNO 59	<i>caber, trussi</i>
ALUNO 60	<i>mais melhor</i>
ALUNO 61	<i>fase, eu quis dizer frase</i>

Fonte: Elaborada pela autora

Ao analisarmos as respostas apresentadas no Quadro 1, nota-se uma tendência recorrente: muitos alunos mencionaram correções relacionadas ao uso de formas linguísticas utilizadas no cotidiano, trazendo à tona a dinâmica complexa entre a língua padrão e suas manifestações informais que possivelmente aplicaram também em suas escritas, e não somente na fala como sugeria a pergunta direcionada.

Podemos verificar isso na resposta apresentada pelo aluno 4, *elicoptéro*, pois na fala não há alteração do som, assim, inferimos que houve uma transposição da oralidade para escrita, em que a correção se deu por conta da grafia, que segundo a gramática normativa é escrita com o grafema inicial *h*. O mesmo ocorre com *agente*, resposta dada pelos alunos 1 e 56, que na fala não há diferenciação do som, o que determina o sentido é o contexto; entretanto, na escrita essa diferença de sentido é marcada por meio da grafia, como substantivo *agente* e como pronome a *gente*¹. Pela correção, podemos inferir que o aluno em vez de utilizar a grafia do pronome, usou a grafia do substantivo. Nesses casos, sugerimos que as correções ocorreram na modalidade escrita.

Dentre as respostas coletadas, algumas se destacaram pela frequência com que apareceram, sugerindo um maior índice de estigmatização. Pensando na variação fonético-fonológica, podemos observar as formas *zoi* e *espei* na resposta dos alunos 26, 27, e 49; a correção feita pelo uso dessas formas pode estar diretamente relacionada à estigmatização. As formas consideradas “corretas” *olho* e *espelho* sofrem o processo de iotização, que é a substituição de [l] por [i]. Para Barros “A iotização é uma marca linguística não muito aceitável na sociedade brasileira. E associada, muitas vezes, com o falar tipicamente rural ou, na maioria das vezes, a pessoas de pouca escolaridade.” (2010, p. 104).

Seguindo essa mesma idéia, podemos citar a forma registrada pelo aluno 11, *peda*, e pelo aluno 15, *preda*, em se tratando de *pedra*; nesses casos, podemos identificar, respectivamente, a perda do rótico e a troca do rótico, em que, neste último, o ataque complexo sai da segunda sílaba para a primeira. Já em “*probrema*”, registrado pelo aluno 47, ocorreu o fenômeno do rotacismo, troca do [l] pelo [r]. O rotacismo é um fenômeno frequentemente alvo de estigmatização, segundo Bagno, o rotacismo é um fenômeno que “caracteriza as variedades estigmatizadas (sobretudo rurais) do português brasileiro e que, por isso, sofrem um grande preconceito por parte dos falantes das variedades urbanas de prestígio” (2015, p. 135).

Entre as correções mais recorrentes nas respostas, identificamos a forma *mermo*, aparecendo seis vezes, variante de *mesmo*. Pensando no nível

¹ Vale destacar que “a forma pronominal *a gente* é resultado de um processo de mudança por gramaticalização do nome *gente* para o pronome *a gente*.” (COELHO *et al.*, 2015, p. 156)

fonético-fonológico, observamos que ocorre a aspiração da fricativa /S/ em posição de coda silábica, fenômeno este bastante comum no falar maranhense.

Destacou-se, também, a sentença “vou no banheiro”, aparecendo sete vezes nas respostas dadas pelos alunos. A combinação “no” (preposição “em” + artigo definido “o”) é uma construção coloquial que muitas vezes é usada na linguagem falada, mas que não é considerada padrão em termos de escrita bem como em contextos de fala, nesse sentido, a frase “vou ao banheiro” seria a construção mais alinhada com a norma padrão, utilizando a preposição “a” antes do artigo “o” para indicar a direção ou o destino da ação. Essa observação sugere que as variações informais da língua, muitas vezes derivadas de expressões cotidianas dos alunos, são as que geralmente ocorrem correções por parte dos interlocutores, por estarem morfossintaticamente inadequadas. Nesse sentido, Bagno aponta que,

Se tanta gente continua a repetir que “português é difícil” é porque o ensino tradicional da língua no Brasil não leva em conta o uso brasileiro do português. Um caso típico é o da regência verbal. O professor pode mandar o aluno copiar quinhentas mil vezes a frase: “Assisti ao filme”. Quando esse mesmo aluno puser o pé fora da sala de aula, ele vai dizer ao colega: “Ainda não assisti o filme novo do Batman!”. (BAGNO, 2015, p.59)

Já nas respostas “mais melhor” e “mais grande” dos alunos 7, 24, 31 e 60, identificamos a reduplicação, comumente empregada para enfatizar algo, considerada estigmatizada em contextos formais, em que se espera a forma padrão, com uso apenas a forma *melhor* e *grande*, respectivamente. Ainda no nível morfossintático, registramos na resposta do aluno 59, a forma *trussi*, derivada de *trouxe*; percebemos as mudanças morfossintáticas que ocorrem quando uma palavra é flexionada ou derivada, neste caso, trata-se do verbo *trazer* para a forma no passado indicativo, da primeira pessoa do singular *trouxe*.

Ao considerar esses exemplos de correções que os alunos mencionaram, torna-se evidente que a língua é um sistema dinâmico, sensível a influências diversas. Essas variações e correções ilustram a complexa relação entre a língua formal e suas manifestações informais. Nesse contexto, a educação linguística desempenha um papel fundamental, não apenas no ensino da norma padrão, mas também na compreensão e apreciação das variações linguísticas que enriquecem a comunicação humana.

É importante ressaltar que as respostas dos alunos podem ter sido influenciadas por sua autoavaliação e disposição para admitir experiências de

preconceito linguístico, ainda sim, é possível perceber a importância de deixarmos os alunos conscientes da história da língua, para que possam entender melhor o porquê do uso de muitas formas que são consideradas não padrão. E assim, conscientizar para a importância do domínio da norma padrão para adequação da linguagem em diferentes contextos comunicativos.

Portanto, fica evidente que o ensino de língua portuguesa desempenha um papel fundamental na formação educacional dos indivíduos, pois é por meio dessa disciplina, principalmente, que se desenvolvem habilidades essenciais de comunicação e expressão dos alunos.

Diante disso, Bortoni-Ricardo (2005) destaca a importância de permitir que os alunos se sintam à vontade para se expressar em sala de aula, assim, de uma forma sutil, o professor pode lidar com esse tema em sala de aula, independentemente de usarem a variedade de linguagem padrão ou não padrão, sugerindo que os professores podem promover a inclusão e o entendimento da variação linguística ao elaborar e ampliar as contribuições dos alunos, especialmente se essas contribuições estiverem em uma variedade não padrão. Segundo a autora,

Os alunos devem sentir-se livres para falar em sala de aula e, independentemente do código usado - a variedade padrão ou variedades não-padrão —, qualquer aluno que tome o piso em sala de aula deve ser ratificado como um participante legítimo da interação. Uma forma efetiva de o professor conferir essa ratificação é dar continuidade à contribuição do aluno, elaborando-a e ampliando-a. Se esta contribuição foi veiculada numa variedade não-padrão, no momento em que o professor retomar a contribuição para ampliá-la, ele poderá justapor a variante padrão e tecer comentários sobre as diferenças entre as duas variantes, permitindo, assim, que se desenvolva a consciência do aluno sobre variação linguística. (BORTONI, 2005, p. 197)

Ao abordar o preconceito linguístico na sala de aula, os professores podem ajudar os alunos a compreenderem que a língua é um fenômeno social e que as variações linguísticas são naturais e enriquecedoras. Incentivar a valorização das diferentes formas de falar pode fortalecer a autoestima dos estudantes e criar um ambiente inclusivo de aprendizagem.

Além disso, é crucial promover discussões aprofundadas com os alunos, sobre como o preconceito linguístico está intrinsecamente relacionado a questões de classe social, raça e poder, bem como seu impacto na sociedade em geral. Essas abordagens podem enriquecer a compreensão dos alunos acerca da interconexão entre língua, identidade e inclusão social.

Com isso, urge incluir, desenvolver atividades que promovam debates acerca do tema em questão, pois, uma vez que o professor se propõe a ensinar a Língua Portuguesa nas escolas brasileiras, deve se propor também a repensar sua postura relativa à língua e aos aspectos culturais linguísticos dos alunos. (BORTONI-RICARDO, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcurso desta pesquisa, nosso objetivo foi investigar o fenômeno do preconceito linguístico no ambiente escolar, buscando entender a percepção dos alunos a respeito desse tema e avaliando sua presença tanto dentro quanto fora da sala de aula. As respostas obtidas por meio do questionário revelaram que muitos alunos enfrentam o preconceito linguístico, evidenciando a relevância do tema.

Nesta pesquisa, ficou evidente que a compreensão profunda do preconceito linguístico ainda é limitada entre os estudantes devido a visões enraizadas, embora muitos deles consigam identificar a existência de julgamentos negativos sobre suas formas de falar. Dessa maneira, é perceptível que as crenças e mitos acerca do preconceito linguístico, refletidas neste trabalho, estão, de fato, arraigadas nas concepções de língua desses alunos, percebemos isso através do impulsionamento dado nos questionamentos que os direcionaram a auto avaliar suas respectivas falas na língua portuguesa, mostrando que muitos consideram que muitas das formas linguísticas que utilizam estão “erradas”.

Destacou-se nesta pesquisa, ainda, o quão é fundamental que os professores tenham conhecimento do preconceito linguístico e compreendam como ele afeta os alunos durante o ensino de Língua Portuguesa, sendo de extrema importância que se leve para sala de aula os ensinamentos linguísticos obtidos durante o percurso de formação, não os deixando, apenas, em teorias, mas usá-los na prática, pois, diante das aulas de gramática que enfatizam o uso prescritivo da língua pode nascer um receio, ou até mesmo, o reforço de estigmas já existentes na vivência dos alunos.

Os resultados esclarecem, também, a importância de os professores valorizarem as variantes linguísticas empregadas pelos alunos, e, ao invés de deixar passar despercebidas, discutir suas diferenças, ajudando os alunos a desenvolverem uma consciência mais ampla da diversidade linguística.

Nesse sentido, é válido afirmar que os objetivos delineados para esta pesquisa foram alcançados. As perspectivas dos alunos em relação ao preconceito linguístico foram examinadas com sensibilidade, oferecendo uma visão mais clara sobre as experiências vivenciadas por eles. Com base nas análises e discussões dos dados, foi possível compreender para além de suas opiniões e percepções acerca do tema; mas também o diz respeito à autoestima desses alunos, diante das

situações em que são corrigidos, que, em muitas das vezes, fazem com que se sintam constrangidos, inibindo-os diante dos demais falantes.

Em suma, este trabalho lança luz sobre a presença do preconceito linguístico no ambiente escolar e nas vidas dos alunos, bem como destaca a importância de abordar o preconceito linguístico de forma mais frequente nas escolas, através de diálogos e atividades que incorporem o tema de variedades linguísticas e preconceito, motivando-os a efetivarem suas falas no contexto escolar, de aprendizado dinâmico, e ao mesmo tempo, possibilitando que os alunos reforçariam sua autenticidade e representatividade.

A presente pesquisa oferece uma base sólida para investigações futuras que possam contribuir para um ambiente educacional mais inclusivo e consciente das diversidades linguísticas, pois, ao reconhecer suas dificuldades e percepções, estamos em melhor posição para desenvolver estratégias educacionais e de conscientização que promovam um ambiente acolhedor e respeitoso.

Com base nos resultados, sugere-se que pesquisas futuras possam explorar mais a fundo as origens dessas visões enraizadas e como elas influenciam a percepção dos alunos sobre o preconceito linguístico. Uma comparação entre diferentes tipos de instituições educacionais, como escolas urbanas e rurais, para se entender mais a fundo sobre como o preconceito linguístico varia em contextos diversos. Portanto, como toda pesquisa, esta também abre portas para outras investigações aprofundadas que venham a contribuir para um entendimento ainda mais completo desse fenômeno que ainda é vivenciado na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. Edições Loyola, 2007.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BAGNO, Marcos. **Dicionário crítico de sociolinguística**. Parábola, 2017.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 1997 (VOLOCHINOV, V. N).
- BARROS, Zuleica. A muié do paiço: A variação linguística na sala de aula. In: RAMOS, Conceição de Maria de Araújo; BEZERRA, José de Ribamar Mendes; ROCHA, Maria de Fátima Sopas. (Orgs.) **O português falado no Maranhão: múltiplos olhares**. São Luís: EDUFMA, 2010.
- BORNEMANN, Neila Barbosa de Oliveira; COX, Maria Inês Pagliarini. MÁRIO DE ANDRADE E A POLÊMICA EM TORNO DA IDENTIDADE LINGÜÍSTICA BRASILEIRA. Polifonia, [S. l.], v. 20, n. 27, 2013. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1457>. Acesso em: 22 de Junho de 2023.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?: Sociolinguística & educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BORTONI-RICARDO, Estella Maris; ALMEIDA, Joyce Elaine de. **Variação Linguística na Escola**. São Paulo: Editora Contexto, 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar quer Dizer**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 4 ed. Campinas: UNICAMP, 1995.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa - Terceiro e Quarto Ciclos. MEC/SEF, 1998.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: Uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CÉSAR, Davi. **Região Nordeste possui quase metade de toda a pobreza no Brasil, segundo IBGE**. FECOP Fundo Estadual de Combate à Pobreza, 2020. Disponível em: <https://www.fecop.seplag.ce.gov.br/2020/11/20/regiao-nordeste-possui-quase-metad-e-de-toda-a-pobreza-no-brasil-segundo-ibge/>. Acesso em: 30 de Maio de 2023.
- COELHO, Izete Lehmkuhl *et.al.* **Para conhecer: sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós.** Parábola, 2008.

GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e ensino.** Campinas/SP: Mercado de Letras, 1996.

JOBIM E SOUZA, Solange. **Infância e linguagem: Bakhtin, Vigotsky e Benjamin.** Campinas, SP: Papyrus, 1994.

SARAIVA, Adriana. **Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres.** Agência IBGE Notícias, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>. Acesso em: 30 de Maio de 2023.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** São Paulo: Cultrix, 2008.

APÊNDICES

Apêndice 1: Questionário aplicado em sala de aula para coleta de dados

Este questionário não necessita de identificação, portanto, você pode ser sincero e aberto, assim, não havendo necessidade de receio ou vergonha ao responder as perguntas.

QUESTIONÁRIO

1. Você sabe o que é preconceito linguístico?

sim não

se sim, o que você sabe sobre?

2. O que você acha da sua fala em relação à língua portuguesa?

Você acha que você fala...

bom péssimo preciso melhorar excelente muito ruim

3. Você conhece pessoas que sentem vergonha de se comunicar por conta de seu modo de falar?

sim não conheço varias

4. Como você se sente quando alguém corrige sua fala na frente de outras pessoas?

envergonhado não ligo muito gosto que me corrijam

5. Alguma vez você já pensou em corrigir a fala de alguém e voltou atrás acabando não corrigindo?

já pensei em corrigir mas não prossegui já corri algumas vezes

6. Escreva alguma palavra, ou palavras, que você já falou e alguém lhe corrigiu.

7. Quando isso ocorreu, você achava que realmente tinha falado de forma errada?

acho que falei errado acho que falei certo sim, mas aceitei a correção

8. Você já sofreu algum tipo de preconceito por ter falado algo considerado “errado” por alguém?

sempre sofro discriminação pela minha fala alguns riem do meu jeito de falar

Nunca às vezes sofro por não saber falar as coisas

9. De que forma você acha que o preconceito linguístico pode prejudicar um aluno?

desistência medo de se expressar diante dos colegas de turma

medo do professor lhe corrigir

10. Você acha que o preconceito linguístico existe também dentro de uma sala de aula?

sim não

11. Será que apenas dominando a norma padrão seremos indivíduos capazes de falar bem a língua brasileira?

sim não

12. Você concorda que fatores geográficos, sociais e econômicos como: falta de emprego, pobreza, faixa etária, sexo, difícil acesso a escola contribui para o preconceito linguístico existir?

sim não

13. Você acha que é possível dominar a norma padrão que você aprende na escola, com o seu modo de falar, sem fazer exclusão de uma ou outra?

sim, é possível não, ou uso uma, ou a outra

14. Você auto analisa seu modo de falar quando está diante de alguém que você considera mais inteligente ou mais elevado que você?

sim, tento “falar corretamente” não, falo do modo que sou acostumado

15. Você acha que aqueles que têm maior domínio da norma padrão são os que mais sobem de classe social?

sim não

Obrigada pela participação na pesquisa!

Apêndice 2: Tabela geral com as respostas subjetivas das questões 1 e 6

RESPOSTAS DAS QUESTÕES 1 E 6		
<p>Questão 1: Você sabe o que é preconceito linguístico? Se sim, o que sabe sobre?</p> <p>Questão 6: Escreva alguma palavra, ou palavras, que você já falou e alguém lhe corrigiu.</p>		
ALUNOS	QUESTÃO 1	QUESTÃO 6
Aluno 1	<i>não</i>	<i>agente</i>
Aluno 2	<i>não</i>	<i>mermo</i>
Aluno 3	<i>sim. "é um preconceito com a fala de alguém, modo que ela fala."</i>	<i>sem resposta</i>
Aluno 4	<i>sim. "é quando a pessoa julga o outro pelo jeito que fala."</i>	<i>elicopero</i>
Aluno 5	<i>não</i>	<i>carateristica</i>
Aluno 6	<i>sim. "quando uma pessoa sofre preconceito no seu modo de falar."</i>	<i>probabilidade</i>
Aluno 7	<i>sim. "é a pessoa não saber se expressar de forma correta na gramática."</i>	<i>vou no banheiro, mais melhor, rô ali, barrê</i>
Aluno 8	<i>não</i>	<i>vou rarra</i>
Aluno 9	<i>sim. "é quando as pessoas julgam ou se acham superiores as outras pessoas que tem uma maneira de falar diferente."</i>	<i>sem resposta</i>
Aluno 10	<i>sim. "é uma forma de inferiorizar o modo que as pessoas falam."</i>	<i>no banheiro</i>
Aluno 11	<i>sim. "preconceito linguistico é o mododa gente fala ex: nordestino para cidade grande - não falamos iguais."</i>	<i>preda, barrer, agente</i>
Aluno 12	<i>não</i>	<i>marrapa</i>
Aluno 13	<i>sim. "é a forma como as pessoas pensam de certos vocabulários de seu país."</i>	<i>agente</i>
Aluno 14	<i>não</i>	<i>sem resposta</i>
Aluno 15	<i>sim. "é a forma de inferiorizar as pessoas pelo seu modo de falar."</i>	<i>peda</i>
Aluno 16	<i>não</i>	<i>sem resposta</i>
Aluno 17	<i>não</i>	<i>sem resposta</i>
Aluno 18	<i>não</i>	<i>obivio</i>
Aluno 19	<i>sim. "o preconceito relacionado a expressões e falas de povos, os que mais sofrem este</i>	<i>sai pra fora</i>

	<i>preconceito são os nordestinos."</i>	
Aluno 20	<i>sim. "sei que o preconceito linguístico tem a ver com o modo de fala."</i>	<i>mascupoca, vou rarra</i>
Aluno 21	<i>sim. "é quando ocorre um certo preconceito com a forma de falar ou se expressar de uma determinada pessoa."</i>	<i>vou no banheiro</i>
Aluno 22	<i>não</i>	<i>barre a casa</i>
Aluno 23	<i>sim. "ter preconceito de como a pessoa fala</i>	<i>rô la</i>
Aluno 24	<i>sim. "preconceito linguístico é chato, eu já sofri muito preconceito linguístico por falar nordestino em outros estados."</i>	<i>mais grande</i>
Aluno 25	<i>não</i>	<i>sem resposta</i>
Aluno 26	<i>sim. "é muito comum em todos os estados do Brasil, pois diferentes estados falam diferentes línguas (gíria)."</i>	<i>ra cheguei, meu zoi, acula</i>
Aluno 27	<i>não.</i>	<i>marrapa, zoi</i>
Aluno 28	<i>sim. "sei que isso é muito comum de acontecer."</i>	<i>rai - vai</i>
Aluno 29	<i>sim. "eu sei que é quando uma pessoa fala do jeito dele de fala."</i>	<i>sem resposta</i>
Aluno 30	<i>sim. "pode ser uma forma de criticar ou inferiorizar a forma de fala de outro indivíduo."</i>	<i>sem resposta</i>
Aluno 31	<i>não</i>	<i>mais melhor</i>
Aluno 32	<i>sim. "é um preconceito com quem fala errado."</i>	<i>ir no banheiro, ir mimbora</i>
Aluno 33	<i>não</i>	<i>tu rai pro rio</i>
Aluno 34	<i>sim. "discriminação pelo jeito de falar das pessoas entre outros fatores."</i>	<i>ingual</i>
Aluno 35	<i>sim. "preconceito com a fala da pessoa, o modo como ela fala as palavras."</i>	<i>é mermo</i>
Aluno 36	<i>sim. "é um jeito de falar."</i>	<i>sem resposta</i>
Aluno 37	<i>não</i>	<i>bo rogar</i>
Aluno 38	<i>sim. "é quando a pessoa se incomoda com o jeito de outra pessoa falar e a corrigir."</i>	<i>sem resposta</i>
Aluno 39	<i>não</i>	<i>posso ir no banheiro</i>
Aluno 40	<i>sim. "acho que é quando uma pessoa não sabe falar direito e existem pessoas que têm preconceito."</i>	<i>sem resposta</i>
Aluno 41	<i>sim. "o preconceito linguístico é quando a pessoa fala diferente e as pessoas ficam com preconceito da forma de falar da outra."</i>	<i>é mermo, rarra</i>
Aluno 42	<i>sim. "é o preconceito que outras pessoas têm por conta do modo de falar."</i>	<i>sem resposta</i>

Aluno 43	<i>sim. "é um conceito que você julga o jeito que as pessoas falam por achar que está errado."</i>	<i>ingual, ingreja, rai, mangar</i>
Aluno 44	<i>sim. "uma pessoa que tem opinião formada sobre o modo de falar de outra pessoa."</i>	<i>sem resposta</i>
Aluno 45	<i>sim. "é quando uma pessoa tenta mudar o seu jeito de falar."</i>	<i>trusi</i>
Aluno 46	<i>sim. "preconceito com a fala da pessoa."</i>	<i>salguado, mermo, ir no banheiro, ingreja, idiota</i>
Aluno 47	<i>sim. "é quando as pessoas humilham as outras só pela forma de falar."</i>	<i>probrema, idiota, ingreja</i>
Aluno 48	<i>sim "o preconceito linguístico é uma das formas de discriminação pela forma que outra pessoa fala."</i>	<i>sombrancelha</i>
Aluno 49	<i>não</i>	<i>zoi, espêi</i>
Aluno 50	<i>sim "a discriminação pela maneira de falar do próximo, geralmente fazendo com que o mesmo sintam-se desconfortável."</i>	<i>idiota</i>
Aluno 51	<i>sim "é aquela pessoa que não sabe falar direito a língua portuguesa, tem dificuldades."</i>	<i>posso ir no banheiro</i>
Aluno 52	<i>sim "modo de falar umas palavras erradas e seus colegas fazem piadas do seu modo de falar ou sorriem."</i>	<i>abrido</i>
Aluno 53	<i>sim "é um conceito pré formado da língua, ou seja, que existe uma forma de falar correta ou errada."</i>	<i>ingual, obivio</i>
Aluno 54	<i>não</i>	<i>sem resposta</i>
Aluno 55	<i>sim "é sobre o preconceito de algumas pessoas sobre a fala e a escrita de forma errada ou diferente."</i>	<i>sem resposta</i>
Aluno 56	<i>sim "um pouco, entendo que certas pessoas tem uma certa discriminação com o outro."</i>	<i>agente, mim dá</i>
Aluno 57	<i>sim "preconceito com o modo de falar das outras pessoas."</i>	<i>sem resposta</i>
Aluno 58	<i>sim "preconceito linguístico é o ato de julgar a forma de fala de outra pessoa."</i>	<i>imbigo</i>
Aluno 59	<i>sim "é quando as pessoas não gosta ou odeia o modo que falamos."</i>	<i>caber, trusse</i>
Aluno 60	<i>não</i>	<i>mais melhor</i>
Aluno 61	<i>não</i>	<i>fase, eu quis dizer frase</i>
Aluno 62	<i>não</i>	<i>sem resposta</i>